



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

O Dilema das Plataformas e Redes Digitais: processos educativos, docência e neoliberalismo

*The Dilemma of Digital Platforms and Networks: educational
processes, teaching and neoliberalism*

*El Dilema de las Plataformas y Redes Digitales: procesos
educativos, enseñanza y neoliberalismo*

Sandro Faccin Bortolazzo

RESUMO

O Dilema das Redes”, documentário da Netflix, adverte como as empresas de tecnologia usam informações de usuários para potencializar negócios. Neste artigo, o objetivo é analisar como as plataformas digitais, inscritas na racionalidade neoliberal, têm produzido outras formas de docência e processos educativos. Trata-se de um estudo exploratório, seguindo dois movimentos. O primeiro adota a algoritmidade (STALDER, 2018) e a Plataformização da Sociedade (VAN DIJCK, POELL E WAAL, 2018) como características estruturais na produção de sentidos. O segundo, seguindo Brown (2019), Dardot et.al (2021), Ball (2014), Foucault (1987; 2006), explora como as tecnologias digitais e o neoliberalismo se afinam a características incitadas nos sujeitos – flexibilidade, mobilidade, personalização–, permitindo pensar uma docência e processos educativos voláteis, e não mais atrelados a espaços físicos.

Palavras-chave: Plataformas Digitais; Neoliberalismo; Docência

ABSTRACT

The Social Dilemma, a Netflix documentary, warns how technology companies use the information of users to potentialize business. In this article, the objective is to analyze how digital platforms, inscribed in the neoliberal rationality, have produced other forms of teaching and educational processes. It is an exploratory study, following two movements. The first adopts algorithmicity (STALDER, 2018) and the Platformization of Society (VAN DIJCK, POELL AND WAAL, 2018) as structural characteristics in the meanings' production. The second, following Brown (2019), Dardot et.al (2021), Ball (2014), Foucault (1987; 2006), explores how digital technologies and the neoliberalism are attuned to characteristics incited in the subjects – flexibility,

mobility, personalization. –, allowing to think about volatile teaching and educational processes, now no longer tied to physical spaces.

Keywords: Digital Platforms; Neoliberalism; Teaching

RESUMEN

El Dilemma de las Redes Sociales, documental de Netflix, advierte cómo las empresas de tecnología utilizan la información de los usuarios para potencializar negocios. En este artículo, el objetivo es analizar cómo las plataformas digitales, inscritas en la racionalidad neoliberal, han producido otras formas de enseñanza y procesos educativos. Este es un estudio exploratorio, siguiendo dos movimientos. El primero adopta la algoritmidad (STALDER, 2018) y la Platformización de la Sociedad (VAN DIJCK, POELL Y WAAL, 2018) como características estructurales en la producción de significados. El segundo, siguiendo a Brown (2019), Dardot et.al (2021), Ball (2014), Foucault (1987; 2006), explora cómo las tecnologías digitales y el neoliberalismo se sintonizan con las características incitadas en los sujetos: flexibilidad, movilidad, personalización. . –, permitiendo pensar en enseñanza y educativos volátiles, ahora desvinculados de los espacios físicos.

Palabras-clave: Plataformas Digitales; Neoliberalismo; Enseñanza.

Introdução

Se você não está pagando por um produto, é sinal de que o produto é você (Andrew Lewis, jornalista americano).

A citação que introduz este texto ganhou visibilidade a partir do lançamento, em 2020, do documentário "O Dilema das Redes" (*The Social Dilemma*. Dir.: Jeff Orlowski, 2020), exibida pela rede de *streaming*¹ Netflix. A obra reúne depoimentos e cenas que advertem e informam os espectadores sobre o funcionamento das *big techs*² ou *big five* (Google, Amazon, Apple, Facebook e Microsoft). O objetivo é o de expor como as grandes empresas de tecnologia usam informações de seus usuários para aperfeiçoar e potencializar modelos de negócio. Por conseguinte, implicações sociais, políticas, econômicas e culturais são evidenciadas a partir de declarações de ex-funcionários do Facebook, do Twitter e do Google, e de falas advindas de engenheiros de *softwares*, psicólogos, jornalistas, pesquisadores e médicos.

¹ *Streaming*, do inglês, significa transmissão. Trata-se de uma tecnologia utilizada na transferência contínua de dados e que opera por meio de redes de computadores, especialmente a internet. Os serviços de *streaming* permitem maior velocidade no envio e transmissão de dados. Netflix, YouTube, Spotify, entre outras, são exemplos de plataformas digitais que trabalham com serviços de *streaming*.

² A designação *big tech* é uma analogia que se refere a um grupo de empresas do ramo da tecnologia. A terminologia também é utilizada para variados tipos de indústrias, a exemplo da *big Oil* (empresas no ramo do petróleo), da *big Pharma* (empresas do ramo farmacêutico), e assim por diante.

O documentário, que é uma produção da própria Netflix, expõe a necessidade de os usuários atentarem à suposta “gratuidade” de algumas plataformas. De fato, a Netflix, que opera por meio de assinaturas mensais, percebe seus interesses sendo minados pela concorrência com outras redes que se utilizam de mecanismos abusivos na coleta de dados pessoais.

Neste artigo, os argumentos do documentário corroboram na problematização de como as redes e plataformas digitais, inscritas sob a égide da racionalidade neoliberal, têm produzido outras formas de relacionamento, comunicação, docência, aprendizagens, cujos efeitos estão espalhados nas diversas esferas da vida cotidiana – da saúde à segurança, do entretenimento à educação.

Trata-se de uma análise construída na interface das tecnologias digitais com o neoliberalismo, a docência e os processos educativos, e segue dois movimentos de investigação. O primeiro adota a algoritmidade (STALDER, 2018) como uma das características estruturais envolvidas na produção de sentidos. Quer dizer, parte-se da ideia de que, cada vez mais, os algoritmos organizam o fluxo de dados e informações, filtrando uma infinidade de conteúdos, antes que esses dados e informações cheguem aos sujeitos. Essas intervenções, operadas por máquinas ditas “inteligentes”, ao mesmo tempo em que expõem materiais previamente selecionados, acabam supondo o que deveria ser importante para resolver um problema ou o que pode ou não interessar e satisfazer as necessidades de um usuário. Ainda nesse movimento de análise, recorre-se ao que Van Dijck, Poell e Waal (2018), ao analisar transformações trazidas pelas plataformas digitais, denominaram de *Platform Society* (Plataformização da Sociedade ou Sociedade de Plataforma, em uma tradução aproximada).

O segundo movimento analítico, seguindo autores como Brown (2019), Dardot et.al (2021), Ball (2014), Foucault (1987; 2006), explora como as tecnologias digitais e a racionalidade neoliberal se afinam a características incitadas constantemente nos sujeitos – flexibilidade, mobilidade, conectividade, personalização/individualização –, permitindo pensar um tipo de docência não mais atrelada ao espaço físico de escolas e universidades, mas altamente disponível, volátil, conectada, e, muitas vezes, reduzida à atuação do docente como treinador, facilitador ou mesmo analista de dados. Além

disso, os processos educativos, de forma geral, alimentados pelo fluxo ininterrupto das tecnologias digitais e de empresas do setor privado, vão difundindo a ideia de educação como um produto customizado, maleável, adaptado ao ritmo de cada um e que depende, exclusivamente, de esforços e iniciativas individuais.

Algoritmos e Plataformas... que formam

No campo da filosofia, a palavra “dilema” apresenta uma trajetória que inicia no século II e, segundo Abbagnano (2007, p.277), indica “os raciocínios insolúveis ou conversíveis”. Em um dilema há premissas mutuamente contraditórias e excludentes, ou seja, ocorre a necessidade de uma escolha entre alternativas opostas, A e B, que têm como resultado C, derivado, necessariamente, da escolha por A ou por B. Em *O dilema das redes*, o “dilema” do título se refere a duas opções: fazer parte das redes sociais e, portanto, se expor a todos os riscos de extração, monitoramento e venda de informações pessoais; ou eximir-se de participar delas, estando, por assim dizer, condenado a certa “exclusão”.

O documentário coloca em debate as redes sociais e as plataformas digitais operando em interdependência. Mesmo assim, há distinções conceituais entre elas. Historicamente, a noção de rede social tem raízes nas abordagens sociológicas e antropológicas dos estudos de diversos grupos sociais. No entanto, é somente na década de 90 que as mídias digitais³ emergem, servindo de suporte a redes sociais como Facebook e Twitter. Em relação às distinções, segundo D’Andrea (2020), as redes sociais apresentam uma dimensão interacional. As plataformas, por sua vez, transmitem a ideia de que, nesses espaços, há trocas envolvendo algoritmos computacionais, econômicos e políticos. Plataforma digital é, portanto, um conceito mais abrangente, que engloba as redes sociais e qualquer outra plataforma de comunicação e de interação digital.

³ Para Lister et.al (2009), as mídias digitais dizem respeito a um meio específico de armazenamento, consumo e distribuição de informações por meio de códigos binários. Assim, é com a disseminação das mídias digitais que as discussões sobre o potencial desses meios em transformar a vida em sociedade começam a ganhar visibilidade. Depois, com o advento das redes sociais na internet, percebe-se uma mudança de estrutura, não mais mediada pelas relações interpessoais e institucionais, mas pelos aparatos tecnológicos. É nesse contexto que os *sites* de rede sociais como Orkut e Facebook nascem.

Um aspecto que consolida e singulariza a ideia de “plataforma online” é a crescente adoção de uma arquitetura computacional baseada na conectividade e no intercâmbio de dados. Baseadas em robustas infraestruturas – em geral nomeadas como servidores “na nuvem” –, as plataformas se consolidam a partir de um modelo centralizado de fluxos informacionais e financeiros (D’ANDREA, 2020, p.14, grifo do autor).

Com a disseminação de *smartphones* e seus respectivos aplicativos móveis, as redes e plataformas se complexificam. Na medida em que os sujeitos se apropriam dessas ferramentas e as utilizam para diversas atividades cotidianas, características como mobilidade, imediatismo e ubiquidade vão se associando aos artefatos digitais que garantem não apenas facilidade, mas redução de custos e tempo. Ademais, há redes sociais gestadas como aplicativos, a exemplo de Instagram e WhatsApp, assumindo a mobilidade como elemento imanente.

Para Urry (2007), a mobilidade fomenta um novo tipo de sociabilidade, em contraste às estruturas fundadas nas sociedades territorialmente fixadas. As tecnologias móveis, de alguma maneira, vêm capacitando e adaptando os sujeitos a viver em mobilidade, inclusive, com implicações nas formas de ser e de estar no mundo. Assim, para conduzir os sujeitos – no sentido de consentir às benesses conferidas pelos aparatos digitais –, produtos e técnicas se fazem necessários no gerenciamento, cada vez mais complexo, de um volume crescente de dados. Calculadoras, caixas registradoras e sistemas de arquivamento, por exemplo, atenderam às necessidades capitalistas até uma determinada época. As tabulações conferiam respostas a um dos efeitos da industrialização, qual seja, o do movimento migratório das populações agrárias para os centros urbanos. Foucault (1987) escreveu sobre o poder do exame e da documentação como parte dos mecanismos das tecnologias disciplinares que funcionavam por meio de uma detalhada estruturação do espaço, do tempo e das relações entre os indivíduos. As máquinas de tabulação formaram a base da indústria da computação, sendo um dos desenvolvimentos técnicos da sociedade disciplinar descrita por Foucault.

Dada a ambiência digital, a extração, a coleta, a organização e o tratamento dos dados se diversificaram, tendo como resultado um tipo de técnica produtora de informações que tem como suporte os mecanismos e recursos dos algoritmos e da inteligência artificial.

Os algoritmos estão comumente relacionados a um conjunto de procedimentos, expressos matematicamente, que incluem uma sequência lógica, e quase sempre finita, de instruções a serem seguidas para executar uma atividade. Stalder (2018), ao discorrer sobre a “condição digital”,⁴ garante que dentre as características dessa condição está a algoritmidade, que denota processos culturais organizados e arquitetados por máquinas. Transpondo ao cotidiano, é possível dizer que os algoritmos conseguem converter dados em informações cognoscíveis, ou seja, em um conjunto inteligível de conhecimentos possível de ser compreensível. A ferramenta de busca Google é um exemplo emblemático. Quer dizer, sendo impossível ler os bilhões de *sites* indexados e disponibilizados na internet, recorre-se aos algoritmos de pesquisa do Google, que reduzem uma grande quantidade de dados a algo gerenciável e compreensível.

Os algoritmos, ao mesmo tempo em que ordenam o mundo informacional, tornando-o mais inteligível, também dirigem as condutas, já que agenciam formas de pesquisar e de se movimentar no universo digital. A algoritmidade atua sugestionando valores e regras, estimulando atividades e criando hierarquias de poder. Quer dizer, os algoritmos – baseados nos rastros digitais dos históricos de pesquisas deixados pelos usuários, na correlação de palavras de interesse, entre outras possibilidades – acabam filtrando as informações, o que permite que as plataformas operem não apenas como simples mecanismos de pesquisa, mas, especialmente, de poder. Esses filtros auxiliam na construção e percepção que se faz do mundo. Certas opiniões e notícias são “empurradas” para o foco de atenção; outras simplesmente desaparecem ou são ignoradas. De fato, a filtragem não é isenta. Ela segue critérios que vão pressupondo o que pode ou não ser interessante ou importante para os

⁴ Stalder (2018) desenvolveu o conceito a partir da identificação de um novo quadro sociocultural que descreveu como “condição”. Ele discutiu também o conceito de “digital”, assinalando que as novas mídias são tecnologias relacionais, cuja evolução e alcance ultrapassa a dimensão tecnológica, afetando, por assim dizer, a produção, o uso e a transformação de bens materiais e imateriais, bem como a coordenação de atividades individuais e coletivas. Stalder identifica três características da condição digital: referencialidade, comunalidade e algoritmidade. As três tornaram-se as formas características da condição digital porque os sujeitos, nos mais diversos segmentos da vida e através de tecnologias cada vez mais complexas, participam ativamente na negociação dos significados sociais.

usuários, e, no caso das redes sociais, as estratégias são econômicas, comerciais, políticas, profissionais, comportamentais, pedagógicas etc.

A algoritmicidade, embutida em códigos computacionais, geralmente representa também interesses comerciais. Contudo, o que está implícito não é o produto em si, mas o que as empresas de tecnologia estão vendendo. A resposta dada pelo documentário é objetiva: as empresas vendem informações sobre todos nós. O produto à venda não se resume aos dados capturados pelas plataformas digitais, ainda que eles sejam um subproduto possível, mas as corporações, de posse dessas informações e através de operações algorítmicas, conseguem rastrear usuários, mapear comportamentos e padrões e, assim, direcionar a oferta de produtos.

O funcionamento e a expansão de empresas e serviços *online* como Google, Instagram, Facebook, WhatsApp, LinkedIn, YouTube, Airbnb, entre inúmeros outros, estão apoiados na produção e cruzamento de dados. Trata-se de uma lógica comercial de engajamento com os usuários que, na perspectiva de D'Andrea (2020), reorganiza relações interpessoais, media discussões políticas, enseja práticas urbanas, mobiliza saberes e incita o consumo de bens culturais. As transações comerciais entre plataformas e anunciantes é o que torna essas empresas de tecnologia as mais lucrativas da história. E para que essa relação produza lucros, é preciso que os anúncios alcancem diretamente os potenciais consumidores, o que se torna possível por meio da extração de dados cada vez mais específicos.

Na mesma direção, Van Dijck, Poell e de Wall (2018, p. 4) asseguram que “uma plataforma online é uma arquitetura projetada para organizar interações entre usuários – não apenas usuários finais, mas também entidades corporativas e órgãos públicos”. Os autores se referem ao fato de que as atividades cotidianas estão atreladas a um ecossistema de plataformas que, conectadas, organizam as rotinas dos sujeitos a partir do auxílio e com o protagonismo de aplicativos como Uber, Waze, Google, iFood etc. Áreas como a educação, a saúde, o entretenimento, a economia e o transporte também caminham segundo as lógicas das plataformas. É diante desse contexto que Van Dijck, Poell e Wall (2018) propõem a adoção de termos como “Sociedade da Plataforma” e “Plataformização da Sociedade”.

No tocante ao ingresso das plataformas digitais na vida em sociedade, há episódios significativos que marcaram a emergência dos estudos em torno dessa temática. Um deles ocorreu em 2013, quando Edward Snowden, antigo analista da CIA, tornou públicas informações detalhadas sobre vários sistemas de vigilância e denunciou a forma como os dados pessoais de milhões de usuários eram tratados, sem qualquer tipo de regulação, por empresas e governos. Soma-se a isso a participação do Facebook no fornecimento de dados particulares à *Cambridge Analytica*, empresa que abusivamente utilizou informações dos usuários da referida rede social para interferir nas campanhas eleitorais de 2016 nos Estados Unidos. “O Dilema das Redes” explicitou os mecanismos pelos quais a política norte-americana se utilizou da divulgação de *fake news* nas redes sociais durante a primeira campanha de Donald Trump, em 2016. As notícias tinham o objetivo de dividir o país entre adeptos da extrema direita e o restante da população. Inicialmente ocorreu a extração de dados dos usuários e, logo depois, a criação de notícias falsas. Em um terceiro momento, perfis falsos foram criados como se fossem usuários reais. Esses usuários, lidos aqui como “robôs”, replicavam constantemente as notícias nas redes sociais. Em função do volume e da quantidade de vezes que essas informações eram divulgadas, proliferavam como “verdadeiras”. Trata-se de uma estratégia que faz uso dos códigos de programação para manter os conteúdos em crescente visibilidade, a exemplo das *hashtags* (“#”) que asseguram posições altas de engajamento em redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram.

Esse tipo de intervenção é parte de um movimento contemporâneo, amparado fortemente em material tecnológico digital, que além de produzir um contexto social, tece práticas culturais, cria e consolida normas, limita experiências e restringe informações. É possível analisar a operação dos algoritmos como uma espécie de sociabilidade programada, com certa submissão de discursos e saberes às lógicas computacionais. Há um avanço desregulado das plataformas, com implicações éticas que ameaçam não só a privacidade dos usuários, mas as formas de condução da vida – escolhas, comportamentos, expressões sociais e políticas.

O valor conferido aos dados pessoais seria um dos elementos basilares do capitalismo contemporâneo. Isso significa que, para as empresas

acessarem informações sobre os usuários, foi preciso que diversas atividades cotidianas se tornassem digitalizadas e, portanto, passíveis de serem capturadas, rastreadas, mapeadas, contabilizadas e mercantilizadas. Couldry e Mejias (2019) nomeiam de Capitalismo de Dados esse estágio do capitalismo com ênfase na extração de dados. Trata-se não mais da publicidade propriamente dita, mas da mercantilização dos dados. Ainda que sejam utilizados para promover o consumo, a monetização das empresas de tecnologia ocorre na apropriação e venda de dados extraídos por inúmeros meios, como os aplicativos para *smartphones*, sensores de biometria, câmeras de vigilância, e assim por diante.

O termo *Platform Society* (Van Dijck, Poell e de Wall, 2018) é usado em referência a aspectos da vida social que se encontram cada vez mais modulados por um ecossistema globalizado de plataformas *online*, impulsionada por algoritmos e alimentado por dados. É preciso assinalar que as plataformas são vistas como um ecossistema porque sua análise já não comporta analogias a *sites* autônomos ou simples facilitadores. As empresas estão conectadas umas às outras em interdependência, assim como em um ecossistema biológico. Segundo Van Dijck, Poell e de Wall (2018) nesse ecossistema as plataformas digitais estão combinadas em rede, sendo administradas por um conjunto particular de mecanismos que moldam as práticas cotidianas, transformando os modos como as sociedades se organizam.

As plataformas formam um tipo de arquitetura digital programável cujas infraestruturas de operação são de propriedade das *Big Five* (Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft), e que fornecem a estrutura do ecossistema sobre o qual outras plataformas e aplicativos se estabelecem. Os serviços de infraestrutura incluem mecanismos de buscas, servidores de dados e de computação em nuvem, *e-mail*, redes de anúncios, redes sociais, lojas de aplicativos, sistemas de pagamento, serviços de identificação, informações geográficas e de navegação etc.

Van Dijck, Poell e de Waal (2018) identificaram três mecanismos compartilhados pelo ecossistema de plataformas e que representam processos fundamentais para suas operações: a datificação, a mercantilização e a seleção. A datificação se refere às atividades, processadas por algoritmos, que

produzem novos tipos de valores sociais e econômicos. A datificação não apenas identifica e quantifica o que e como o usuário compra, mas relaciona contextos semânticos, apontando o que o usuário gosta ou o que pode vir a gostar. Quanto à ideia de mercantilização, “as plataformas transformam objetos, atividades, emoções e ideias em mercadorias negociáveis” (idem, p. 85-86), ou seja, é a chave do modelo de negócios das plataformas. Já a seleção é definida pelos autores como a capacidade das plataformas de acionar e filtrar “atividades dos usuários por meio de interfaces e algoritmos, enquanto os usuários, por meio de sua interação com esses ambientes codificados, influenciam a visibilidade online e a disponibilidade de determinado conteúdo, serviços e pessoas” (idem, p. 83).

Ao analisar esses três processos, Van Dijck, Poell e de Waal (2018) listam quatro setores importantes em que interesses públicos e privados estão em jogo: meios de comunicação, transporte urbano, saúde e educação. Neste texto, o foco recai sobre a atuação das plataformas e da racionalidade neoliberal junto ao campo da educação, mais precisamente da docência e dos processos educativos de forma geral.

O neoliberalismo e as tecnologias digitais empresariando a educação e o trabalho docente

Articular tecnologias digitais, neoliberalismo, educação e trabalho docente é uma forma de problematizar o presente. Seguindo o pensamento de Brown (2019), Dardot et.al (2021), Laval (2004), Ball (2014) e Foucault (1987; 2006), questiona-se como as tecnologias digitais – operacionalizadas por meio das plataformas e dos algoritmos – e a racionalidade neoliberal vêm sistematizando e regulando condutas. Assim, examina-se aqui as implicações da junção “tecnologias digitais e neoliberalismo”, cujos sinais indicam um tipo de docência e de formação dos sujeitos/processos educativos não mais vinculados a espaços físicos e tempos específicos, mas arquitetados às contingências voláteis de uma profissão digitalmente gerenciável e de processos educativos afinados aos ditames neoliberais da concorrência e dos incentivos às iniciativas e esforços individuais.

Foucault (2006) compreende as racionalidades como os conjuntos de prescrições calculadas que vão organizando instituições, que distribuem espaços e que regulamentam comportamentos. A ideia de racionalidade, assim, refere-se a um tipo de funcionamento histórico de práticas inseridas nas relações de poder. Partindo do referido conceito, quais seriam as bases de sustentação da racionalidade neoliberal? E como o neoliberalismo foi se inscrevendo em diversas esferas do cotidiano, inclusive no campo educacional?

O neoliberalismo, para Ball (2014), pode ser visto como um conjunto complexo de práticas organizadas que penetram nos mais variados aspectos da vida cotidiana, abrangendo, em uma perspectiva foucaultiana, a “governamentalidade”, ou seja, o “[...] governo das populações por meio da produção de seres empreendedores “dispostos”, “auto governamentáveis” (BALL, 2014, p. 26, grifos do autor).

O neoliberalismo é econômico quando rearranja as relações entre o Estado e o capital. O neoliberalismo é cultural, ou seja, acaba ensejando valores sempre renovados e outras sensibilidades. O neoliberalismo é político, já que não deixa de ser uma forma de governar e de produzir subjetividades. Ou como nos informa Dardot et.al (2021), assumindo a ideia de guerra civil neoliberal como escolha, que as guerras neoliberais são totais:

sociais, pois pretendem enfraquecer os direitos sociais das populações; étnicas, já que buscam excluir os estrangeiros de toda a forma de cidadania, especialmente restringindo cada vez mais o direito de asilo; políticas e jurídicas, uma vez que recorrem aos meios da lei para reprimir e criminalizar toda resistência e contestação; culturais e morais, pois atacam direitos individuais em nome da defesa mais conservadora de uma ordem moral com frequência referida a valores cristãos (*idem*, p.31).

Os autores afirmam que três são as características desse tipo de guerra: com elas se pretende atacar os direitos sociais, alimentam-se de diferentes estratégias de ação e utilizam-se de alianças com as oligarquias locais, tendo por alvo coletivos populacionais. Diante disso, “a grande novidade da racionalidade neoliberal é criar o indivíduo que produz, controla e vigia, endivida e violenta a si mesmo” (*idem*, p. 11). Quer dizer, “na racionalidade neoliberal, qualquer forma coletiva de sociabilidade alternativa ao modelo

individualista da lógica de mercado significa um risco à ordem” (*idem*, p.11). Uma ordem sempre em nome da liberdade e contra a igualdade.

Para Brown (2019), o neoliberalismo se caracteriza por um conjunto de políticas que tem por objetivo a privatização da propriedade e dos serviços públicos, com efeitos na redução do Estado social. Essas políticas precarizam o trabalho, desregulam o capital, induzem ao trabalho temporário, muito em função da estratégia de terceirização, e acabam por estimular o empreendedorismo individual como forma de vida fundamentada na concorrência e no direito privado. Segundo Dardot et.al (2021), essas outras formas de trabalho estão centradas na *performance* e na competitividade. Adaptar-se a essas situações, descritas agora como oportunidades para inovar e empreender, representa “a base da neoliberalização do trabalho”, com “um novo tipo de gestão totalmente fundada sobre uma exigência de performance econômica e de concorrência entre os indivíduos” (*idem*, p. 227).

As avaliações individuais, ancoradas nas capacidades de adaptação e de flexibilidade, instigam a produção de sujeitos empreendedores de si mesmos, e com quase nenhum benefício ou proteção social e jurídica. Foucault, em seu curso no Collège de France nos anos 1978-1979, já salientava as mutações – da noção de força de trabalho para uma atrelada ao capital humano.

A teoria do capital humano aparece, dessa forma, no princípio de uma concepção exclusivamente econômica do agir humano, que sustenta o modelo normativo do empreendedorismo. Se cada indivíduo é responsável pelos investimentos que faz ou não faz, e então por seus sucessos, fracassos, é porque todo indivíduo se define pelo capital que constitui para si mesmo e que lhe cabe investir, fazendo sempre boas escolhas educacionais, de saúde ou nos planos profissional e matrimonial (DARDOT et.al, 2021, p. 239).

Na perspectiva do sujeito empreendedor, os processos educativos representam o investimento em capital humano. Os sujeitos, ao mesmo tempo em que se responsabilizam pelos investimentos, também arcam com os sucessos ou fracassos de suas escolhas. De forma similar, a própria escola, ainda na figura de instituição formal de educação, vai aderindo à ótica neoliberal. Isso significa que a educação, constitucionalmente um direito público, vai sendo privatizada. Para Laval (2004, p. XII), “não é a sociedade

que garante a todos os seus membros um direito à cultura, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade”. Uma entre as muitas faces do processo de privatização no setor da educação escolar já pode ser visto na minimização dos investimentos públicos, na transferência da função educativa para as famílias, sem falar na modificação mais ampla da “produção e disseminação do saber científico, das próprias relações sociais e das instituições transmissoras dos valores e conhecimentos” (LAVAL, 2004, p. XII).

Por conta da credibilidade social ainda conferida a diplomas e títulos, escolas e universidades continuam atuando como importantes alicerces da educação. Contudo, essas mesmas instituições estão se digitalizando cada vez mais, no sentido de expandir seus cursos para além da presencialidade. Trata-se de uma movimentação global, recorrência também do período pandêmico, mas igualmente de uma racionalidade neoliberal que se espraia pelo tecido social. A racionalidade neoliberal, diante da digitalização de vários processos, fez surgir a figura dos empreendedores no campo da educação, com uma crescente mercantilização das ofertas de ensino, a exemplo dos cursos EAD.

Contudo, tal estratégia não se limita a isso, outras pautas vão ganhando visibilidade e acompanham essa tendência. As universidades, por exemplo, para continuarem atuando como centros de ensino e pesquisa, precisam visibilizar, ou melhor, “vender” seus produtos (pesquisas, materiais, cursos) no mercado para se tornarem referência ou ganharem importância no cenário acadêmico e, por assim dizer, também angariar investimentos.

O sistema educacional mercantilizado, dessa forma, pode ser visto como resultado de uma política neoliberal que prioriza valores como livre escolha e competição e os coaduna às soluções tecnológicas. Ball (2014) lista uma série de projetos ditos educacionais que, imbuídos de intenções “salvacionistas”, colocam em evidência empresas e instituições financeiras (Banco Mundial, OCDE etc.) que investem em programas na área da educação, a exemplo do “Todos pela Educação”⁵ e de movimentos filantrópicos similares. Empresas e

⁵ Todos Pela Educação foi criado em 2006, a partir da aliança entre a sociedade civil, educadores, professores, especialistas, lideranças empresariais, Ministério da Educação, Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino). O Todos pela Educação conta com organizações divididas

programas se engendram às políticas de educação e acabam funcionando como “braços” da racionalidade neoliberal, não se limitando aos aspectos econômicos. Quer dizer, o lucro está presente, mas o discurso não se ampara apenas na geração de receita. A educação terceirizada, em uma expansão gerida por organizações com fins lucrativos, vai trazendo habilidades, discursos e sensibilidades para o campo das políticas públicas, muitas vezes cobrando taxas, outras vezes firmando contratos com o Estado. O privado é, muitas vezes, valorado como “modelo” de gestão e de excelência, visto, necessariamente, como uma das formas de solucionar os problemas da educação pública, ou seja, que seria através de produtos prontos e com “selo educacional” – que vão de pacotes para alfabetização, cursos em formato EAD para professores, ao “homeschooling” –, que eficiência e produtividade se aliarão ao “imperativo” da redução de custos e da otimização.

A racionalidade neoliberal produz subjetividades, além de ser uma das condições de possibilidade para o que tem se denominado de plataformização dos processos de trabalho. Esse talvez seja um ponto de enlace entre o neoliberalismo, as tecnologias digitais e a docência. Os professores não apenas trazem contribuições à economia, mas vão sendo submetidos à lógica neoliberal. Desse modo, a atividade docente, que tem um custo e um rendimento, é vista como um produto. É nessa corrente de pensamento que as tecnologias digitais adentram. Quer dizer, cada vez mais têm se exigido certa performatividade dos professores. Espera-se que estejam atentos às metodologias ativas, que possam priorizar ferramentas digitais, e que, sobretudo, sejam capazes de construir aulas inovadoras a fim de “prender” a atenção dos estudantes. Contudo, para qualquer tipo de aperfeiçoamento, seja ele técnico ou científico, é necessário investimento financeiro e de tempo. As implicações da plataformização do trabalho docente certamente representam enormes desafios.

As formações, personalizadas, via tecnologias digitais, muitas vezes, ganham o selo disfarçado da “democratização da educação”. O Google, por exemplo, não é uma empresa que fornece apenas tecnologia. Ela também atua no ramo de treinamento para professores, com as “certificações Google” de

entre mantenedores e parceiros. Entre elas estão Fundação Bradesco, Fundação Lemann, Instituto Natura, Burger King, Instituto Votorantin, Instituto Cyrela etc.

qualidade. A plataforma dessa empresa direcionada ao campo educacional, chamada G Suite for Education (Google Meet, Google Classroom etc), informa que, com a certificação, o professor terá condições de melhorar o ensino e as suas práticas pedagógicas, deixando-as mais acessíveis. Essas certificações se concentram em instrumentalizar os docentes por meio dos recursos e ferramentas disponíveis no Google. Na verdade, os treinamentos estão longe de promover inovações criativas, resumindo-se a tópicos técnicos e de ordem prática. A retórica tecnicista é recorrente, ainda mais considerando o cenário educacional concentrado, cada vez mais, na administração, na burocracia e na documentação.

Na mesma esteira, há um discurso emergente que propaga a ideia dos processos de formação/educação como capazes de ser customizados e/ou personalizados. No pacote, adentram termos como “aprender com flexibilidade” e “aprendizagem de acordo com seu próprio ritmo e a qualquer tempo-espço”. De fato, atemporalidades e volatilidades estão ligadas ao universo *online*, visto não mais como um lugar ou espaço, mas como fluxo. A oferta educacional, sempre em caráter individual, aposta na aderência dos sujeitos a processos de aprendizagens mediados exclusivamente pelas tecnologias e plataformas digitais, com uma clara sinalização dos espaços físicos de escolas e universidades como configurações do “passado” e em descontinuidade com as demandas do tempo presente. O discurso que envolve o digital aparece, quase sempre, na vanguarda da inovação, com perspectivas sempre positivas e progressistas de um futuro “melhor”.

Para compreender a emergência desses discursos, é preciso retomar uma das condições de possibilidade para o que vem ocorrendo junto ao universo digital. Em 1997, ano do lançamento do que hoje se conhece por Google Search, as ferramentas digitais de busca se organizavam de forma distinta das que se utilizam atualmente. Os buscadores, mesmo equipados com ferramentas elementares dadas à inteligência artificial, não conseguiam personalizar respostas e entregar resultados precisos. O desafio se concentrava em entender como seria possível associar palavras-chave com o que era exibido aos usuários. Um dos objetivos era compreender se uma pesquisa que indicasse a expressão “casa branca”, por exemplo, traria resultados sobre uma casa de cor branca ou sobre a sede do governo

americano. Hoje, tal “cilada” já foi superada, uma vez que os algoritmos usam uma série de variantes – pesquisas prévias, histórico de buscas, localização geográfica, padrões, amigos próximos, idioma, entre outros fatores – e conseguem entregar um produto mais fiel e relevante.

Esse tipo de personalização também se estende aos processos de aprendizagem/formação/educação, garantindo, por assim dizer, uma individualização/personalização. O sujeito, outrora estudante, se torna, no contexto do neoliberalismo, um usuário individual, cuja relação com a educação é reformulada em termos de usabilidade, eficiência, consumo e produtividade. Os sujeitos, psicologizados e legíveis, disponíveis à captura pelos algoritmos, vêm sendo orientados a encontrar individualmente as próprias formações e soluções para seus dilemas. Esse tipo de racionalidade, incorporada na educação, transforma aspectos fundamentais da prática educacional, incluindo o que significa aprender, ensinar, as rotinas de leitura acadêmica e as formas como o estudo é conduzido.

Por um lado, os recursos educacionais abertos, a exemplo de *lives*, videoaulas, cursos em EAD, entre muitos outros, podem ser vistos como um benefício público, uma forma de reduzir custos e aumentar a acessibilidade. No entanto, as estratégias operadas pelo digital estão alinhadas a uma racionalidade neoliberal, segundo a qual os sujeitos têm que buscar constantemente novos e relevantes conhecimentos para aumentar seu capital e tornar-se, por assim dizer, um capital humano mais consumível e desejável.

O determinismo tecnológico garante que distância e proximidade devem ser superadas através das tecnologias digitais, já que ir à escola não pressupõe mais, necessariamente, deslocar-se para um lugar físico. Os processos de formação estão relacionados a uma concepção de aprender que tem relação com motivação pessoal, habilidades, e não mais com a ideia de fazer parte de uma coletividade. Quer dizer, não mais a concepção de educação como uma atividade coletiva, mas como um “negócio” pessoal, um empreendimento de cada um.

No mesmo sentido, a figura do professor como alguém física e presencialmente ligado a uma escola ou universidade, se transmuta na de um profissional constantemente conectado e engajado no aprendizado dos estudantes – não de acordo com um cronograma, mas com as necessidades

personais de cada um. Esse professor “imaginado” – volátil e flexível – também deve estar disposto a mudar rapidamente, com o intuito de atender às demandas da sociedade. E junto às tecnologias digitais pode, por vezes, surgir a utopia do fim da profissão docente. Mesmo assim, a narrativa neoliberal parece ser outra, a do professor como um profissional altamente disponível e pronto para trabalhar em qualquer tempo-espço. Talvez a paridade mais evidente seja com a do treinador/facilitador, para usar expressões de Skinner: um professor que personaliza o trabalho para o aluno, atendendo às necessidades em termos de interesses, conhecimento, prazos, desejos etc. Neste contexto, os professores correm o risco de se reduzirem à condição de treinadores, facilitadores, talvez analistas de dados, e, principalmente, burocratas.

A ideia de que professores desaparecerão da escola ainda parece distante, mas a figura do professor está cada vez mais performática. A individualização do conteúdo, a personalização afinada com os “estilos de aprendizagem” e o selo de “eficiência” estão inseridos em um discurso que ganha cada vez mais visibilidade.

A figura de um professor vestido com as características culturalmente desejáveis, também abre espaço para outros atores escolares, representados, justamente, pelas empresas de tecnologia. Os processos de formação se desagregam dos espaços físicos das escolas e universidades, dando lugar a certificados e treinamentos conferidos por essas empresas – uma forma comercial de definir o que é uma boa formação ou mesmo o que deveria ser um bom professor.

Seria preciso problematizar, assim, se o ingresso das plataformas nas relações com os saberes já não é um sinal de declínio da educação escolar. A produção de conhecimentos e os serviços parecem se confundir a ponto de muitos sujeitos serem incapazes de distinguir uma separação entre o mundo das empresas e o campo da educação escolar.

Considerações Finais

O documentário “O Dilema das Redes” não se exime de reconhecer as contribuições trazidas pelas tecnologias digitais. Entretanto, também não deixa

de expor que essas contribuições cobram um preço: o tempo que se passa navegando nas redes sociais, consagrando, assim, uma espécie de consumo indireto. O dilema “fazer ou não parte das redes” transita em paradoxo. As tecnologias facilitaram alguns processos cotidianos (a exemplo dos serviços de banco e de mobilidade urbana, dos serviços de saúde integrados com vistas a buscar doadores de órgãos etc.) sendo tais mudanças sistêmicas, principalmente, nas formas como nos comunicamos. Na mesma direção, operações, decisões e escolhas são cada vez mais delegadas a algoritmos, que podem indicar, aconselhar ou até decidir como os dados devem ser interpretados ou quais ações devem ser feitas. Os algoritmos estão mediando processos sociais, transações comerciais, decisões governamentais, e implicando nas formas como percebemos, entendemos e interagimos no mundo.

O ingresso das tecnologias digitais na vida em sociedade, junto à racionalidade neoliberal, vem tornando o cotidiano da educação escolar, dos processos de formação dos sujeitos e da docência um investimento personalizado e privatizado. Questionar as controvérsias protagonizadas pelas plataformas digitais significa, de certa forma, assumir que aplicativos móveis e empresas como Google, Facebook, Amazon, entre outras, se encontram entrelaçadas às dinâmicas políticas neoliberais e vão conduzindo cada vez mais as atividades cotidianas. As lógicas implicadas na plataformização da sociedade reconfiguram, de modos variados, as práticas de comunicação, a mobilidade urbana, a saúde, a docência e os processos educativos.

Enquanto consumidores, deseja-se que as conexões sejam seguras e que se possa, com transparência, saber como as informações recebidas são coletadas. No entanto, Van Dijck, Poell e de Waal (2018) afirmam que valores como o bem público, a justiça, a responsabilidade social e o controle democrático se tornam difíceis de proteger na sociedade de plataforma, uma vez que tais valores não são parte integrante da economia das plataformas, nem podem ser inscritos nos processos algorítmicos. Isso se destaca como as questões fundamentais deste artigo: como podemos, na sociedade da plataforma, proteger interesses coletivos como a escolarização e a formação docente? Quem é o responsável pela produção de uma sociedade de

plataforma justa e democrática se as plataformas permanecem como modalidade socioeconômica predominante no futuro próximo?

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Alfredo Bosi. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no acidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019

COULDRY, N.;MEJIAS, U.A. **The Costs of Connection:** How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford University Press: Stanford, 2019.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, Haud.; LAVAL, Christian., SAUVÉTRE, Pierre. **A Escolha da Guerra Civil**. Uma outra história do neoliberalismo. Tradução: Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante Editora, 2021.

D'ANDRÉA.C. **Pesquisando plataformas online:** conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. Estratégia saber e poder. Coleção: **Ditos & Escritos v. VI**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LISTER, M.; DOVEY, J.; GIDDINGS, S.; GRANT, I.; KELLY, K. **New Media:** a critical introduction. 2. ed. New York: Routledge, 2009.

O Dilema das Redes. Direção: Jeff Orlowski. Produção de Netflix. Estados Unidos: Netflix, 2020.

STALDER, F. 2018. **The digital condition**. Cambridge: Polity, 2018.

URRY, J. **Mobilities**. London: Polity Press, 2007.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WALL, M. **The Platform Society:** public values in a connective world. Londres: Oxford Press, 2018.

Recebido em: 04/10/2022

Aceito em: 14/11/2022

Sandro Faccin Bortolazzo

Professor na Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutorado (Bolsista CAPES) na Western Sydney University (WSU)a. Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Pós-Graduação em Psicopedagogia e Neurociências pela Universidade Paulista (UNIP). Especialização em Orientação Educacional pela Faculdade Dynamus (FADYC). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP) e em Letras/Inglês pelo Centro Universitário ETEP. Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

 sandro.bortolazzo@ufpel.edu.br

 <http://lattes.cnpq.br/1961168932141433>

 <http://orcid.org/0000-0002-9145-1581>